




**DE AEROPORTOS, AVIÕES E NUVENS: LEITURA PÚBLICA EM BIBLIOTECAS  
PLURIFUNCIONAIS DE PORTUGAL E DO BRASIL**  
***ABOUT AIRPORTS, PLANES AND CLOUDS: PUBLIC READING IN MULTI-  
FUNCTIONAL LIBRARIES IN PORTUGAL AND BRAZIL***


[10.29073/naus.v6i1.841](https://doi.org/10.29073/naus.v6i1.841)

**RECEÇÃO:** 29 de novembro de 2023.

**APROVAÇÃO:** 3 de dezembro de 2023.

**PUBLICAÇÃO:** 28 de dezembro de 2023.

**AUTOR/A 1:** Valéria Andrade , Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Estadual da Paraíba/PPGLI, Brasil, [valeria.andrade@professor.ufcg.edu.br](mailto:valeria.andrade@professor.ufcg.edu.br).

**AUTOR/A 2:** Leandro Almeida , Universidade Estadual da Paraíba/PPGLI e Prefeitura Municipal de Sumé-PB, Brasil, [leandro\\_almeida\\_15@hotmail.com](mailto:leandro_almeida_15@hotmail.com).

## RESUMO

O trabalho apresenta os resultados de um estudo pautado em revisão bibliográfica sobre as potencialidades da leitura pública mediada por bibliotecas na formação leitora crítica e criativa de usuárias(os) a fim de contribuir para a formação da identidade cultural e o exercício da cidadania. As bibliotecas atendem a objetivos específicos de desenvolvimento sociocultural dos territórios onde estão instaladas, pelo que podem e devem dialogar com as necessidades contextuais de transformação de suas respectivas realidades, muitas vezes marcadas por privação do acesso ao saber que resulta em analfabetismo e baixo nível de escolaridade. O acesso à informação oportuniza construir conhecimento, produzir ciência, tecnologia e inovação pelo poder da leitura pública, promovida principalmente por meio da democratização do acesso aos livros. Historiadoras(es) como Alberto Manguel (1997), Frédéric Bardier (2018), Cristian Brayner (2018) e Irene Valejo (2022) nos incitam a olhar para a história milenar de resistência das bibliotecas a fim de nos engajarmos na luta pela manutenção destes espaços culturais de leitura pública, bem como na ressignificação do seu uso mediante a plurifuncionalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biblioteca Plurifuncional; Interculturalidade; Leitura Pública.

## ABSTRACT

The work presents the results of a study based on a bibliographic revision concerning the potential of public reading mediated by libraries in the critical and creative reading formation of users in order to contribute to the formation of cultural identity and the exercise of citizenship. Libraries meet specific socio-cultural development objectives in the territories where they are located, meaning they can and should dialogue with the contextual needs for transformation of the respective realities, often marked by deprivation of access to knowledge, which results in illiteracy and low levels of education. Access to information provides the opportunity to build knowledge, produce science, technology and innovation through the power of public Reading, promoted mainly through the democratization of access to books. Historians such as Alberto Manguel (1997), Frédéric Bardier (2018), Cristian Brayner (2018) and Irene Valejo (2022) encourage us to look at the millennial history of resistance of libraries in order to engage in the struggle for the maintenance of these cultural spaces for public reading, as well as the redefinition of their use through plurifunctionality.

**KEYWORDS:** Multifunctional Library; Public Reading; Interculturality.



## 1. DO DIREITO À LEITURA PÚBLICA

Em *Contos de cães e maus lobos* (Mãe, 2015), o escritor português Valter Hugo Mãe empreende uma alegoria valiosa para se pensar o poder das bibliotecas ao afirmar:

*As bibliotecas deviam ser declaradas da família dos aeroportos, porque são lugares de partir e de chegar. Os livros são parentes directos dos aviões, dos tapetes-voadores ou dos pássaros. Os livros são da família das nuvens e, como elas, sabem tornar-se invisíveis enquanto pairam, como se entrassem dentro do próprio ar, a ver que existe para depois do que não se vê. O leitor entra com o livro para depois do que não se vê. O leitor muda para o outro lado do mundo ou para outro mundo, do avesso da realidade até ao avesso do tempo. Fora de tudo, fora da biblioteca. As bibliotecas não se importam que os leitores se sintam fora das bibliotecas (Mãe, 2015, p. 149).*

Com suas palavras, o autor nos ajuda a conceber que as(os) leitoras(es) embarcam numa viagem em que levam a alma a passear. Frente a esta perspectiva, a leitura do livro parece ser uma oportunidade de viagens inusitadas, durante e após as quais quem lê pode alimentar sua alma e inclinar suas atitudes em direção ao respeito, a alteridade e a equidade nas relações consigo mesmas(os), com as outras pessoas, com a natureza e animais. Por isso mesmo, diante dos atuais desafios relacionados à leitura pública em geral, cremos ser preciso trilhar velhos caminhos com novos modos de caminhar. A discussão que empreendemos a partir de um olhar contemporâneo para a biblioteca aponta para a ressignificação do uso desse equipamento educativo ancestral de ascensão social. Em tempos de cerceamento de direitos fundamentais em que vivemos, é preciso reinventar o modo de usar as bibliotecas, dado que estamos, na condição de leitoras(es), sendo resistentes contra a onda de fechamento e/ou de escolarização de bibliotecas públicas brasileiras que marca este século XXI. Discutir e propor alternativas exequíveis de ressignificação da experiência de leitura pública nestes espaços interculturais, pode contribuir na efetivação do direito elementar ao conhecimento e à informação por via pública. Essas e outras questões são discutidas nos tópicos que seguem.

Juntamo-nos a bibliófilos e pesquisadores contemporâneos de várias nacionalidades e com interesse comum em investigação sobre leitura pública mediada pela biblioteca, como o brasileiro Cristian Brayner, autor de *A Biblioteca de Foucault: reflexões sobre ética, poder e informação* (BRAYNER, 2018); o argentino Alberto Manguel, autor de *Uma história da leitura* (Manguel, 1997); o francês Frédéric Bardier, autor de *História das bibliotecas: de Alexandria às Bibliotecas Virtuais* (Bardier, 2018) e a espanhola Irene Valejo, autora de *O infinito em um junco: a invenção dos livros no mundo antigo* (2022), para comungar do entendimento de que as bibliotecas são instituições milenares de guarda, preservação e acesso ao conhecimento cultural dos povos. Sua missão social é promover o acesso ao acervo cultural e científico produzido pela humanidade e ao mesmo tempo estimular o desenvolvimento da inovação dos saberes.

Tendo em vista que a biblioteca pode ser considerada como o templo da leitura e do acesso ao conhecimento a partir de um viés democrático, partimos do princípio que a leitura é o principal instrumento que pode contribuir para o desenvolvimento da imaginação de seus usuários, tornando-a também dotada de pensamento crítico e consciente do exercício de sua cidadania, visto que sai de sua condição marginalizada de distanciamento do conhecimento científico e sociocultural e se emancipa nas diversas áreas da sua vida. Configura-se, no caso, o que se conhece como formação holística, ou seja, um processo formativo que abrange um todo da condição humana, isto é, a esfera cultural, emocional, psicológica, espiritual, afetiva etc. As bibliotecas, portanto, são espaços voltados primordialmente para a recepção leitora, tendo em conta que uma biblioteca bem estruturada, gerida e articulada por profissionais especializadas(os) — bibliotecárias(os), professoras(es) e outras(os) mediadoras(es) de leitura — pode se tornar uma ferramenta poderosa na formação de leitoras(es), principalmente quando são realizados projetos que visem desenvolver o hábito de frequentá-las. Assim, ter acesso a um espaço pensado como lugar de transformações de vidas por meio da leitura constitui-se enquanto política pública de potencialização do desenvolvimento sociocultural das pessoas usuárias.



Já nos ensinou o sociólogo e crítico literário brasileiro Antonio Candido, em *Direitos Humanos e Literatura* (Candido, 2011), que a literatura é um direito humano, dado que é um bem indispensável à nossa humanização, justamente porque realiza funções fundamentais para o nosso desenvolvimento holístico enquanto seres humanos, principalmente nos aspectos fabulativos, como também éticos, políticos, sociais, culturais, psicológicos etc. Estando a leitura, o livro e a biblioteca no campo dos direitos elementares, logo se observam seus bons frutos nas vidas de mulheres, homens, jovens, crianças e idosos(as). É, pois, nessa direção que a luta pela efetivação dos Direitos Humanos abrange um estado em que todos possam ter acesso às diferentes formas das manifestações de saberes culturais. Uma sociedade comprometida com a efetivação dos direitos de seus cidadãos precisa levar em conta a necessidade de fruição da literatura e das artes nas suas multiplicidades estéticas como direito inalienável.

Não há como se contestar o fato de que todos nós, seres humanos, temos o direito fundamental à vida, nas suas mais variadas formas de exercício da liberdade, livre pensamento, expressão de ideias, voto político, trabalho valorizado, saúde, lazer e descanso, bem como educação de qualidade. Não por acaso, em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*<sup>1</sup>. Tão fundamentais quanto os direitos à vida e à liberdade, são o acesso à informação e ao saber por meio do livro. Baseado nessa relevância, no Brasil, foi necessário um itinerário de mobilizações da sociedade civil organizada por meio de movimentos sociais por anos, a fim de defender a democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas. Como fruto desses movimentos, em 12 de julho de 2018, a Lei 13.696, instituiu a *Política Nacional de Leitura Escrita* (PNLE)<sup>2</sup>, explicitando, em seu art. 2º, a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas. O artigo 3º desta lei apresenta alguns objetivos: I. Democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade; II. Fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais; III. Valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas (em todo território nacional).

Sabemos que para se garantir o direito à biblioteca é indispensável que as políticas de estímulo à leitura se efetivem, sendo, pois, imprescindível a ação do Estado. Quanto às(aos) leitoras(es), professoras(es), bibliotecárias(os), mães, pais e outras(os) mediadoras(es) de leitura que compõem a sociedade civil organizada, é importante que acompanhem as estratégias de efetivação da Lei 13.696, que institucionalizou a *Política Nacional de Leitura e Escrita* (PNLE). É imprescindível que todas(os) as(os) agentes envolvidas(os) se responsabilizem com esta causa e busquem ampla colaboração de movimentos sociais, de ações individuais de cidadãos, de instituições de ensino, de instituições privadas e do Estado para fomentar essas conquistas.

## 2. PARA REANIMAR O ESPÍRITO: BIBLIOTECAS E SUAS RAZÕES DE SER

Pensar sobre uma história da biblioteca compreende reconstruir a memória das histórias das experiências da humanidade com a leitura e, conseqüentemente, da sua relação com os livros em diversos espaços e tempos. Cogitar a reconstrução memorial, mesmo que sintética dessa história, pode nos levar a observar, não sem espanto, o poder que a leitura tem e como ela conseguiu viajar em linhas espaciotemporais de maneira dinâmica, atravessando gerações, passando por diversas sociedades, povos, culturas e seus respectivos modos de usá-la, a serviço de interesses quer públicos, políticos, quer particulares, religiosos etc. Seria impossível dizer quando exatamente o ser humano terá percebido a importância de registrar o conhecimento e, além disso, gerar procedimentos sistemáticos

<sup>1</sup> Cf. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <https://abrir.link/gFXGB>. Acesso em 17/07/2022.

<sup>2</sup> Cf. *Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE). Lei 13.696, de 12 de Julho de 2018*. Disponível em: <https://abrir.link/EKfOk>. Acesso em: 17/07/2022.



de sua organização, preservação e partilha, porquanto, no passar dos séculos, observa-se a resistência da leitura, dos livros e da biblioteca, cuja força vem daquelas(es) que são as(os) protagonistas da história da leitura, isto é, as(os) leitoras(es) e escritoras(es).

Como se sabe, as civilizações antigas atribuíram valores imensuráveis aos escritos, pelo que desde o Renascimento, a Reforma, a Revolução Científica, a era do Iluminismo etc., vem se valorizando por milênios o poder da palavra impressa em seus diversos suportes físico-impressos para a difusão de crenças, estatutos políticos, normas educacionais, entre outras finalidades decorrentes da gestão do conhecimento. Porém, em várias épocas, diversos povos e civilizações também negligenciaram os cuidados com os escritos, razão pela qual a história do livro e, em particular, da biblioteca, é marcada por resistência concernente à sua própria preservação, tendo já ocorrido várias situações comprometedoras, a exemplo de incêndios, lutas civis, guerras externas, invasões, mudanças de suportes etc.

Diversas(os) historiadoras(es) de diferentes nacionalidades, principalmente aquelas(es) movidas(os) pela paixão pela leitura pública e pelos livros — a exemplo do argentino Alberto Manguel, autor de *Uma história da leitura* (1997), o francês Frédéric Bardier, autor de *História das bibliotecas: de Alexandria às Bibliotecas Virtuais* (2018) e a espanhola Irene Valejo, autora de *O infinito em um junco: a invenção dos livros no mundo antigo* (2022) —, apresentaram notável e prestigioso interesse em contar novamente essas histórias — não só baseadas(os) em documentos escritos e imagens, mas também na *imaginação* — sobre a leitura e os livros. Suas pesquisas recuperam historicamente os principais momentos em que a leitura se manifestou por meio de suportes de escrita e seus modos de ler, e também promovem reflexões sobre a importância dos recursos de comunicação para a difusão do conhecimento com a finalidade de promover transformação sociocultural em espaços-tempos diversos de leitura ao longo da história. Essas(es) autoras(es) nos lembram que a leitura é um traço constitutivo do hábito cultural de aperfeiçoamento e do autoconhecimento do ser humano para a abertura de novos horizontes ideológicos. Para isso é preciso descolonizar a concepção do senso comum acerca do acesso à biblioteca, dado que a sociedade ainda percebe este espaço como destinado às elites.

Ainda, é preciso dizer que, no âmbito dos estudos literários, as(os) pesquisadoras(es) da área de Letras e afins têm deixado à margem diversas questões relacionadas às obras literárias, as quais poderiam iluminar o modo como elas mesmas são interpretadas, a fim de expandir a compreensão dessas obras de maneira mais abrangente e assertiva, a exemplo de: processo criativo autoral, sistema editorial, democratização do acesso à obra, valores de mercado em livrarias, qualidade do suporte de propagação, oferta de acesso pela biblioteca, impacto social de determinada obra em uma comunidade leitora etc. Observa-se que para muitas(os) pesquisadoras(es) o conteúdo temático das obras constitui-se como elemento que realmente importa, mesmo quando essas resultam de desafios editoriais e de mercado para as(os) autoras(es) não consideradas(os) relevantes para a ocasião das pesquisas. Esquecer essas questões é como considerá-las temáticas não literárias, sendo que, afinal, em se tratando de obras literárias, naturalmente nos referimos a livros. Diante do ensejo, surgem perguntas tais como: (1) Por que pesquisadoras(es) da área de Letras não se interessam, por exemplo, por saber o número estimativo de cópias impressas vendidas de determinado romance que estão estudando? (2) Por que o desinteresse em saber se um romance, coletânea de poesias ou peça teatral chegou às bibliotecas públicas? (3) Qual a razão para não considerarem relevante saber que editoras e livrarias publicam e vendem as obras de terminadas(os) autoras(es) que estudam?

Essas e outras questões nos impulsionam a defender que é preciso partir do princípio de que as discussões sobre livro, leitura pública e, mais precisamente sobre biblioteca, constituem uma pauta dos estudos literários, tema a ser tratado com mais afinco no âmbito das pesquisas em literatura com foco em crítica literária intercultural. É consenso entre a maioria das(os) historiadoras(es), bibliófilas(os) e críticas(os) da história da leitura e do livro, a exemplo de Lília M. Schwarcz, autora de *A longa viagem da biblioteca dos reis* (Schwarcz, 2002), que o termo *biblioteca* é de origem grega e surgiu da união de duas palavras, isto é, *biblio* e *têke*, que teriam o significado conjunto que designa



o que poderíamos chamar de prateleira ou depósito para guardar livros, escritos, rolos de papiro e de pergaminho organizados em estantes.

Na mesma linha de pensamento, Bardier (2018) destaca que a biblioteca significou primeiramente um móvel definido por seu conteúdo, isto é, rolos (*volumina*) e depois livros em cadernos (*bibliot*). Por extensão, ela vai designar as salas em que esses móveis estão dispostos. Posteriormente, o termo grego é transposto diretamente para o latim (*biblioteca*) e empregado, por exemplo, para as novas instituições fundadas pelos imperadores e postas à disposição do público, a exemplo das bibliotecas romanas. No entanto, na contemporaneidade a palavra biblioteca também pode designar um conjunto de textos “desmaterializados”, por assim dizer, para as(os) leitoras(es) por intermédio de recursos oriundos do ciberespaço, disponíveis em bibliotecas digitais e/ou bibliotecas virtuais, a exemplo do *Google Books*.

Como nos ensina o bibliófilo Christian Jacob, em prefácio à obra *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente* (2000), a biblioteca é, antes de tudo, um *conceito imaterial* que dá sentido e profundidade às práticas da leitura, da escrita e da interpretação. Essa acepção nos ajuda a afirmar que a biblioteca se trata menos de um *lugar físico* e mais sobre uma *razão de ser* — social, cultural e epistemológica — à qual dá vitalidade, inclusive como objeto estético. Isso não quer dizer que o aporte físico seja dispensável, porém é preciso partir de uma concepção que conduza as práticas e atos de leitura no âmbito do espaço da biblioteca. Assim, expandindo-se para além de uma acepção pautada na etimologia do termo e, tendo em vista as noções que compõem sua definição frente às suas múltiplas semânticas, a biblioteca também recebeu diversos conceitos epistemológicos e funcionais no decorrer da história em face de sua missão de proporcionar o acesso ao conhecimento por meio dos livros. Em razão disso, veremos a seguir conceitos-chave para a compreensão das bibliotecas e alguns dos seus múltiplos modelos.

Inicialmente, é importante destacar que, de modo geral, a biblioteca, seja a escolar, comunitária, pública, seja a privada, especializada etc., além de promover o interesse pela leitura em crianças, jovens e adultas(os), fomenta a autonomia de pessoas e grupos sociais mediante acesso à informação, leitura e cultura, gerando inclusão social e transformação de vidas. A propósito disso, Lilia M. Schwarcz (2002) compreende que esse local labiríntico é, entretanto, e acima de tudo, uma instituição, onde se desenham desígnios intelectuais, realizam-se políticas de conservação, elaboram-se modelos de recolha de textos e de imagens. Desse modo, mais que uma sala com prateleiras, uma biblioteca representa uma coleção e seu projeto. Afinal, qualquer acervo não só traz embutida uma concepção implícita de cultura e saber, como desempenha diferentes funções, dependendo da sociedade em que se insere (Schwarcz, 2002). Nesta direção, pode-se conceber que as bibliotecas atendem a objetivos específicos de desenvolvimento sociocultural dos ambientes onde estão instaladas, devendo dialogar com as necessidades contextuais de mudança e inovação correspondentes a estes lugares, a fim de impactar pessoas e inovar pelo acesso ao conhecimento mediante a leitura pública, promovida principalmente por meio dos livros.

Além disso, por sua vez, Luis Milanese, autor de *O que é biblioteca* (Milanese, 1988), concebe que a biblioteca é, em particular, um instrumento de leitura do cotidiano com os seus conflitos e problemas. À luz dessa acepção, entende-se que a biblioteca não pode ser algo distante da população como um posto médico que procuram quando tem dor. Ela deve ser um local de encontro e discussão, espaço onde é possível aproximar-se do conhecimento registrado e onde se discute criticamente esse conhecimento (Milanese, 1988).

Diante da importância e dos impactos das bibliotecas na transformação sociocultural das(os) usuárias(os), é indispensável apresentar e discutir alguns conceitos que caracterizam diferentes modelos de bibliotecas. À luz destes conceitos, Ronald E. Barker e Robert Escarpit, em *A fome de ler* (Barker & Escarpit, 1975), por exemplo, apontam para a existência de diversos tipos de bibliotecas, tais como bibliotecas nacionais, públicas, universitárias, comunitárias, especializadas, industriais, comerciais etc. Por esse motivo, destacamos aqui conceitos e características referentes à biblioteca pública e à comunitária, que nos interessam mais de perto neste estudo.



O Manifesto da *International Federation of Library Associations (IFLA)* da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)* descreve que as *Bibliotecas Públicas* são instituições mantidas pelos governos federal, regional ou municipal com a finalidade de fornecer, de modo equitativo a cidadãs(ãos), o acesso ao conhecimento e à informação por meio de diversos recursos e suportes. Para tanto, a biblioteca pública deve fornecer recursos e serviços nos variados suportes informacionais e culturais para atender às necessidades da população quanto a educação, informação, desenvolvimento pessoal, cultura e lazer, tendo a função de promover a democracia por meio do conhecimento e da reflexão (UNESCO, 1944).

No manifesto descrito no volume *Normas para Bibliotecas Públicas (IFLA, 1976)*, UNESCO e IFLA definem o objetivo da biblioteca pública como o de fomentar a paz e o bem-estar espiritual, atuando por intermédio de mulheres e homens. O manifesto proclama a confiança da UNESCO na biblioteca pública como força em prol da educação, da cultura e da informação e como instrumento indispensável para promover a paz e a compreensão entre povos e nações. Observa-se que o documento faz algumas determinações sobre a biblioteca pública, entre as quais destacamos:

- (1) A Biblioteca Pública é uma demonstração prática de fé da democracia na educação universal considerada como um processo contínuo ao longo de toda a vida e no reconhecimento de que a natureza do ser humano se realiza no saber e na cultura.
- (2) A Biblioteca Pública é o principal meio de proporcionar o livre acesso aos registros dos conhecimentos e das ideias do ser humano e às expressões de sua imaginação criadora.
- (3) A Biblioteca Pública tem a preocupação de reanimar o espírito do ser humano, proporcionando-lhe livros que divirtam e sejam gratificantes, de assistir o estudante e de ter à disposição dos interessados, informações técnicas, científicas e sociológicas atualizadas.
- (4) A Biblioteca Pública deve ser estabelecida à base de dispositivos legais inequívocos que regulem a prestação de um serviço de biblioteca pública de alcance nacional. É indispensável que as bibliotecas cooperem entre si de forma organizada, para que haja plena utilização de todos os recursos nacionais e para que os mesmos possam estar à disposição de qualquer leitor.
- (5) Sua manutenção deve ser assegurada totalmente pelos cofres públicos, não se exigindo qualquer remuneração direta pelos serviços que prestar.
- (6) Para alcançar seus objetivos, a Biblioteca Pública deve ser de fácil acesso e suas portas estarão abertas a todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social ou nível de instrução, para que a utilizem livremente e em igualdade de condições.

Essas determinações subsidiam a efetivação dos direitos e deveres das(os) cidadãs(ãos) relativamente ao acesso às bibliotecas públicas em território nacional. Ainda vale lembrar que, por iniciativa do *Instituto Nacional do Livro*, as bibliófilas organizadoras do *Manual de Treinamento de Pessoal responsável por Biblioteca Pública (Antunes & Cavalcante, 1989)*, Walda de Andrade Antunes e Gildete de Albuquerque Cavalcante, esclarecem que a biblioteca pública é o centro de informação da comunidade. É função da biblioteca servir de lugar para a comunidade se encontrar, conversar, trocar informações, discutir problemas, saciar as suas curiosidades, ampliar conhecimentos, auto instruir-se, ler livremente, recrear-se e criar.

A biblioteca pública tem a responsabilidade de atender a todas as pessoas da comunidade: idosas(os), crianças, jovens, donas(os) de casa, estudantes, trabalhadoras(es), sem quaisquer distinções. Deve se preocupar em oferecer serviços de informação, leitura de lazer e programações culturais não só aos que vão a sua sede, mas também aos que não têm condição de frequentá-la, a exemplo de doentes em hospitais, instituições de assistência social, presídios, asilos, orfanatos. Este atendimento é feito através de serviços de extensão, isto é, utilizando-se caixas-estantes, carros-biblioteca ou outra modalidade de serviços móveis, em que os livros são enviados às(aos) leitoras(es) onde se encontrem (Antunes & Cavalcante, 1989).



Quanto às *Bibliotecas Comunitárias*<sup>3</sup>, com a finalidade de transformar o Brasil em um país leitor por meio da garantia do direito à leitura, em 2015 foi criada a *Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias* (RNBC). A rede opera a partir da articulação entre um conjunto de bibliotecas localizadas em diferentes estados do país, a fim de garantir que os livros, a leitura e a literatura cheguem aos diversos territórios em que esses espaços são implantados.

Em *Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas* (Alves, 2020), Mariana de Souza Alves apresenta o conceito de biblioteca comunitária como representativo de uma nova tipologia de biblioteca, visto que por mais que seja um espaço público de acesso ao livro, se diferencia pelo fato de serem sustentadas pelas pessoas das comunidades. Além disso, a maioria dessas bibliotecas são instaladas como resultado de reivindicações e movimentos sociais protagonizados por membros das comunidades e, sendo assim, são seus membros que também participam da elaboração de estratégias de seu gerenciamento.

Bibliotecas comunitárias são, portanto, espaços onde se realizam práticas de leitura, promove-se o diálogo intercultural e o acesso à informação a sujeitos que, na maioria das vezes, não dispõem de outros espaços destinados a essas atividades educativas. Além disso, as bibliotecas comunitárias atendem às comunidades e aos seus membros de maneira que estes se tornam responsáveis e engajados com os atos de leitura que são promovidos na instituição, razão pela qual a autora Elisa Campos Machado defende a tese do protagonismo das *Bibliotecas Comunitárias como prática social no Brasil* (Machado, 2008).

Ainda na perspectiva das ideias de Alves (2020), compreende-se que uma comunidade como grupo de pessoas que convivem em uma mesma área territorial e compartilham condições de vida semelhantes. Porém, embora a localização seja uma característica necessária para uma comunidade, o que garante sua existência é a partilha de experiências e os modos de vida que promovam certa coesão social. Essa coesão confere a seus membros um sentimento de responsabilidade e comprometimento que, movidos pelas relações familiares essencialmente orgânicas e intuitivas, saem em busca de seus objetivos.

No âmbito dessa discussão, Todêscia Badke, em *Biblioteca popular: uma experiência no bairro das Laranjeiras* (Badke, 1984), concebe que as bibliotecas comunitárias também podem ser chamadas de *bibliotecas populares*, dado que estas se caracterizam por surgir da vontade, necessidade e trabalho de uma comunidade. Em outras palavras, a biblioteca popular emerge do esforço de pessoas que lutam juntas visando um trabalho baseado na proposta de transformar a realidade vigente, a qual no mais das vezes é marcada por desfavorecimento econômico e social, além do combate à criminalidade, exploração do trabalho infantil, abuso sexual e outras problemáticas sociais que orbitam em torno das comunidades (Badke, 1984).

### 3. NO GARGALO DA AMPULHETA: BIBLIOTECA E DIÁLOGOS INTERCULTURAIS

Como discutido, uma biblioteca se compõe, basicamente, de duas partes: um *corpus* textual ou conjunto de textos compilados em artefatos estéticos na forma de objetos-suportes que congregam conteúdos (livro) e um *espaço físico* estrutural e institucionalizado como lugar de preservação, sistematização e partilha desses artefatos (biblioteca). Pensar uma articulação teórico-crítica em que esta instituição seja concebida como espaço promotor de cruzamentos dialógicos entre culturas pressupõe que *produto* e *espaço* estão fundidos, pelo que em diferentes planos atuam com a finalidade de promover diálogos interculturais por meio de diversos agenciamentos e mecanismos de trocas. Para tanto, a fim de pensar o cruzamento intercultural, um terceiro elemento é indispensável: as(os) *usuárias(os)* — leitoras(es), escritoras(es), bibliotecárias(os), professoras(es) ou outras(os) —, que realizem atos de leitura pública

---

<sup>3</sup> Cf. mais informações sobre Bibliotecas Comunitárias na plataforma da *Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias* (RNBC). Disponível em: <https://rnbc.org.br/a-rnbc/>. Acessado em 13 de outubro de 2020.



que dão vitalidade à biblioteca, dado que a instituição é composta e resulta, portanto, da relação tríplice entre (1) *produto*, (2) *espaço* e (3) *usuárias(os)*.

A proposição que defendemos concernente às relações entre produto, espaço e usuárias(os) que se desenvolvem na biblioteca aludem também ao pensamento de Christian Brayner, autor do citado *A biblioteca de Foucault: reflexões sobre ética, poder e informação* (Brayner, 2018), quando afirma que nesta instituição se envolvem diversas(os) pessoas em um cenário dinâmico de trocas na busca da construção de identidades. Dito de outro modo, segundo o autor, na formação de toda biblioteca impera a pretensão de se tornar especializada, já que não lida com espectros, mas com pessoas inseridas em realidades singulares (Brayner, 2018). Seus argumentos nos ajudam a considerar que uma biblioteca tem intenções claras quanto a ser um espaço que visa contribuir para a formação da identidade cultural das(os) suas(seus) usuárias(os) mediante uma formação em comunidade dialógica, nas relações com o livro e com as(os) demais usuárias(os). Qual a melhor maneira de conhecer a si mesmo e trabalhar a própria identidade cultural senão por meio da relação intercultural entre pessoas diversas?

Retomando o conceito de “transferência” empregado por Michael Espagne e Matthias Middell, Frédéric Bardier, na já citada obra *História das bibliotecas: de Alexandria às bibliotecas virtuais* (Bardier, 2018), compreende que o processo de cruzamento cultural — ou, nos seus termos, “transferência cultural” — promovido na/pela biblioteca se realiza por uma lógica de trocas, ou seja, por meio de uma relação do livro com as(os) usuárias(os). Neste sentido, Bardier (2018) destaca que:

*O papel das bibliotecas nos procedimentos de transferências é ainda maior porque estamos, até o século XIX, numa lógica em que o principal meio de comunicação da cultura é, no Ocidente, o livro, termo que entendemos aqui no sentido mais amplo (livro manuscrito ou impresso, mas também peça, periódico etc.), mas em que este permanece por muito tempo relativamente raro. A função da biblioteca, esse local em que os livros estão disponíveis, é desde então estratégica em se tratando de transferência e de apropriação (Bardier, 2018, p. 19).*

Os argumentos de Bardier são preponderantes para se defender que o livro deve ser um instrumento ou canal efetivo para o fortalecimento do vínculo de transferência que se estabelece entre a biblioteca e o usuário, sendo o livro um importante meio de comunicação, transferência e apropriação de saberes culturais. Além disso, o autor faz menção a um fenômeno crescente e ininterrupto que é a própria “metamorfose da biblioteca”, isto é, sua capacidade dinâmica de se atualizar ou mudar de forma de acordo com o espaço-tempo da cultura onde ela está edificada. Acreditamos que a dinâmica de mudança do espaço da biblioteca está estritamente ligada à mudança dos seus usuários, nas suas diferentes motivações de busca pelo saber, seus modos diferentes de se relacionar com o livro, seus modos de ver o mundo e transformá-lo. É por isso que uma biblioteca deve tornar-se um reflexo da visão de mundo de uma comunidade a ponto de tornar-se especializada e personalizada para atender às necessidades estéticas, culturais e ideológicas de um determinado universo de usuários. Em síntese, Bardier defende que a transferência cultural se dá em três modalidades: (1) “pela leitura no presente de um conteúdo textual” (2018, p. 20) disponível; (2) “no tempo, na medida em que a biblioteca é o espaço de conservação de um patrimônio textual ao qual será possível fazer referência” (2018, p. 20); (3) “na geografia cultural” (2018, p. 20) conectada com a diversidade linguística que revela diferentes manifestações culturais representadas nos textos, mesmo que por meio de traduções.

Com base nisso, pensar o cruzamento de culturas pelo caminho do conteúdo imbricado no produto (livro) partilhado pela biblioteca pode ser uma possibilidade de vivo interesse para se pensar a formação das(os) usuárias(os) na apropriação destes conteúdos transferidos, bem como na aplicação e atualização. Outrossim, para além do conteúdo/produto, Bardier aponta para a própria instituição como objeto de transferência, ou seja, nas suas práticas e representações estabelecem-se cruzamentos culturais. Com base nisso, sua compreensão se refere aos conteúdos



textuais, mas também à própria instituição, seus modos de funcionamento e suas representações (BARDIER, 2018). Para pensar esta prática representativa da instituição, Bardier destaca três princípios: (1) a concepção da biblioteca e as técnicas de organização e de gestão postas em prática; (2) a representação da biblioteca como legitimação e apropriação de uma imagem de acesso ao saber universal; (3) a representação da biblioteca no tocante ao seu modelo decorativo ou arquitetônico que aponta para uma visualidade ou estética que expressa, por exemplo, a ideia de um lugar luxuoso, um cenário elegante ou uma decoração de “bom gosto”. Para Bardier, não há dúvida quanto às bibliotecas serem instituições de transferências, no entanto, essas transferências se fazem segundo determinados procedimentos e ordenações que impõem também, por si mesmo, a transferência de um modelo, pelo que em cada época as tipologias das bibliotecas mudam, porquanto as modalidades dos seus funcionamentos também (Bardier, 2018).

Apresentadas estas ideias de Bardier (2018) sobre como a biblioteca, por meio de ideias, produtos/conteúdos e práticas interventivas de leitura, promove transferências culturais, destaca-se como indispensável para esta discussão as proposições e concepções desenvolvidas por Patrice Pavis em *O teatro no cruzamento de culturas* (Pavis, 2015), em que formaliza uma abordagem teórica de observação e análise dos processos de cruzamento de culturas. Em sua proposta, Pavis cria a “metáfora da ampulheta” como metodologia simbólica e sistemática para identificar o fenômeno da produção e representação por meio da intersecção entre sistemas de montagem cênicos, transposições intermediáticas e cruzamentos interculturais imbricados na linguagem do teatro. Essa metáfora revela-se proveitosa em discussões no âmbito dos estudos interculturais para a compreensão das relações entre uma cultura fonte e uma cultura alvo, postas nos respectivos lados da ampulheta, a partir da qual elas afetam-se mutuamente.

Pensar a biblioteca a partir da sua teoria do cruzamento de culturas, aponta para a ideia de que as(os) usuárias(os) estão, neste espaço, estabelecendo vínculos com outras tradições culturais, por meio da transmissão de conhecimentos humanos diversos, a exemplo de saberes das ciências, culturas, espiritualidades, saúde, artes, gastronomia etc., no diálogo com as obras de autoras(es) de diversas nacionalidades do mundo, contribuindo para que as(os) leitoras(es)-usuárias(os) possam ser transformadas(os) pela leitura e pelos outros serviços promovidos pela biblioteca, ampliando seus horizontes de conhecimentos acerca de áreas de seus interesses. Assim, pensar o movimento da ampulheta de Pavis (2015) como metáfora representativa para a relação das(os) leitoras(es) com os livros pode nos ajudar a conceber que, inicialmente, o livro se constitui como a “cultura fonte”, a qual afeta o leitor, o qual representaria a “cultura alvo”. Sabemos, portanto, que a ampulheta vira, pelo que as(os) leitoras(es), transformado pelas experiências de leitura, posteriormente poderá ser a fonte, ou seja, conseguirá promover novos agenciamentos a fim de transformar sua realidade, seja por meio da escrita ou qualquer outra linguagem que veicule signos e sentidos para serem concebidos e apropriados por outras pessoas em experiências dialógicas de transferência e/ou trocas.

Em outros termos, a metáfora da ampulheta caracteriza as(os) leitoras(es) que ora se influenciam pela leitura que realiza mediante seu relacionamento com o livro e a biblioteca, ora são agentes de transformação de sua realidade, uma vez que se tornaram críticas(os) e criativas(os) para buscar os recursos necessários para se engajar na mudança que almejam ver em seu mundo. Na continuidade do movimento, observa-se que a autoria poderá ser a etapa em que as(os) leitoras(es), no virar da ampulheta, tornem-se uma fonte a impactar novos alvos.



#### 4. VELHOS CAMINHOS, NOVOS MODOS DE CAMINHAR: BIBLIOTECAS E SUAS PLURIFUNCIONALIDADES

Nos últimos anos, vem se desenvolvendo em países europeus, a exemplo de Portugal, o conceito de biblioteca como *espaço cultural de polivalências*, o que designa a biblioteca concebida numa perspectiva que vai além de um espaço reservado de modo restrito para a leitura contemplativa, pesquisa científica e o empréstimo de livros para um público específico, mas incluindo a promoção de diversas manifestações educativas, artísticas e culturais, bem como atividades formativas relacionados a diversas áreas do conhecimento como estímulo à cidadania, interculturalidade e democratização do direito à apropriação e construção de saberes.

Adaptando os termos do português de Portugal para o do Brasil, chega-se à designação deste novo modelo conceitual de biblioteca como *espaço formativo alternativo plurifuncional*. Essa concepção parte da ampliação dos conceitos reducionistas e estigmatizados de leitura e de biblioteca tradicionais para atender às demandas contemporâneas relativas à formação de leitoras(es) ativas(os) para a ubiquidade do fenômeno da inovação da cultura e da tecnologia, da transversalidade e interseccionalidade dos conhecimentos, bem como da interculturalidade no processo de globalização, em que tais leitoras(es) vêm se engajando em práticas leitoras diversas, mediadas por diferentes linguagens e multimodalidades em realidades física e virtual.

Esse modelo de biblioteca busca promover atividades que ampliem os conhecimentos de suas(seus) usuárias(os), visando integrá-las(os) no processo de desenvolvimento cultural. Essas atividades podem ser ampliadas com projetos internos e de extensão realizados de acordo com o calendário elaborado pela biblioteca em diálogo com a comunidade leitora ativa, além da organização de programas que envolvam instituições como: famílias, igrejas, abrigos de idosos(os), orfanatos, presídios, hospitais, escolas, universidades, associações de bairros, sindicatos etc.

Os estudos de Marc Halévy em *A era do conhecimento* (2010) apontam para as mudanças desenfradas e irreversíveis do mundo contemporâneo, em que um bem cultural como a leitura pública pode ser uma ponte dialógica entre as inteligências múltiplas e desmistificadoras do ideal de biblioteca como espaço museificado e restrito. Suas ideias levam à compreensão da biblioteca como entidade perseverante que chegou a alcançar o tempo da *gnososfera*, no qual as inteligências tendem a encontrar outras inteligências em universos hiperconectados. Por isso mesmo, Brayner (2018) afirma que a biblioteca deve atuar não somente como espaço físico reservado à leitura, mas também, e principalmente, como serviço que facilita a criação e a troca de ideias. Assim, é nosso interesse investigar esse outro modelo de biblioteca já presente em Portugal a fim de contribuir para sua implementação em bibliotecas do Brasil. A esse respeito, Cristian Brayner (2018) afirma com todas as letras que a biblioteca brasileira se converteu em entidade dispensável para a grande maioria, pelo que o brasileiro não vincula a biblioteca ao prazer. A leitura, no âmbito da biblioteca brasileira, esteve atrelada ao estudo formal dos já iniciados no mundo acadêmico, o que representa uma negação explícita de um projeto aberto para as comunidades.

O pensamento de Brayner é bastante problematizador, pois uma biblioteca pensada para todas(os), além de soar como discurso ingênuo, vulnerabiliza as ações internas e fragiliza seu desejo de perpetuidade na esfera pública. Como se observa, o livro está descartado do campo do prazer, cuja justificativa repousa no fato da biblioteca ter se erigido como lócus caracterizado pela ausência do ruído e desprezo ao intercâmbio discursivo (Brayner, 2018). Quebrando o paradigma da biblioteca tradicional pautada nos modelos que surgiram no século XVI nos moldes do Renascimento, marcada principalmente pela leitura contemplativa (silenciosa), Brayner (2018) destaca:

*Biblioteca é um espaço otimizador de relação, seja por meio da pesquisa coletiva, seja por meio de uma conversa no jardim de inverno. Quem permanece insistindo na ideia de que a biblioteca gravita em torno do livro? Há tempos, o livro perdeu o seu protagonismo. Embora muitos continuem investindo sua vida e, pior, o dinheiro público nessa percepção tacanha, é consolador que alguns começam a procurar a biblioteca mais perto de casa para apreciar uma obra de arte, degustar um cappuccino, namorar e dormir no saguão de entrada (Brayner, 2018, p. 146).*



A ideia do autor sobre a renovação da experiência de leitura pública no espaço da biblioteca passa pela estratégia do prazer, isto é, pelo jogo de sensações que o espaço belo e aconchegante suscita nas(os) usuárias(os), cujo relacionamento precisa comprometer-se com o deleite. É preponderante que uma biblioteca apresente uma estrutura física que preza pela beleza arquitetônica do edifício, bem como pela harmonização do design de interiores, ou seja, dos móveis, pintura, objetos etc. Certamente uma boa infraestrutura e mobília harmoniosa demanda investimentos altíssimos, no entanto, enquanto empreendedores socioculturais, engajados em projetos relevantes como o de uma biblioteca pública, tempos que compreender a beleza estética como estratégia de acolhimento. Tomemos como inspiração a sugestão de Cristian Brayner (2018), tratando justamente da beleza de uma biblioteca, quando afirma:

*Minha dica é que não tenham medo de pleitear orçamento para aprimorar o espaço físico. Antes disso, acreditem no poder da beleza como estratégia mobilizadora na vida das pessoas e da biblioteca. A biblioteca não evoca simplesmente alocar em um mesmo espaço todos os livros que possam vir a ser úteis aos nossos usuários, mas também combinar, nessa mesma geografia, diversos elementos que, quando combinados, produzam deleite (Brayner, 2018, p. 222).*

Trazendo o exemplo da Biblioteca Pública de Kista, eleita como a melhor do mundo na ocasião do *Systematic — Public Library of the Year Award 2015*, Brayner justifica a outorga do prêmio em razão de “três elementos — beleza, funcionalidade e empatia” (Brayner, 2018, 193). Nesses três elementos, portanto, deve-se investir para que a biblioteca seja considerada plurifuncional, tenha vitalidade e consiga cumprir com o seu propósito sociocultural. Tornando mais claro essa postulação, compreendemos que:

- (1) A *beleza* de uma biblioteca deve estar associada à própria personalidade dos suas(seus) usuárias(os), razão por que este espaço deva ter uma aparência atrativa, seja na organização do ambiente, nas cores que deixam o lugar harmonioso.
- (2) A *funcionalidade* de uma biblioteca refere-se à manutenção de um status de constante atividade e comprometimento com uma sistemática de realização de uma programação plurifuncional que atenda aos diferentes públicos, a exemplo de atos de leitura em saraus poéticos, festivais artísticos envolvendo a comunidade, realização de palestras e cursos formativos nas diferentes áreas do saber para a qualificação profissional das(os) usuárias(os).
- (3) No tocante à *empatia*, a biblioteca deve suscitar no usuário um sentimento semelhante ao de alguém que está em um ambiente familiar, pois as(os) usuárias(os) devem se sentir livres e à vontade para estar em comunhão com as(os) demais usuárias(os), numa relação mútua de trocas de experiências de vida e de leituras.

Tal perspectiva nos leva a questionar sobre o sentido da biblioteca para os brasileiros e, não somente isso, a propor estratégias que venham a somar esforços para fazer chegar ao Brasil o movimento contemporâneo de resignificação da concepção de biblioteca, para que o conceito de leitura e de biblioteca possa ser ampliado numa perspectiva plurifuncional, assim como se observa em contextos já mais avançados nesta direção, tal como se verifica em Portugal e outros países europeus. Essa implementação da plurifuncionalidade, portanto, se apresenta como estratégia para romper com o paradigma do espaço solene do silêncio nos conformes do modelo de bibliotecas edificadas entre o século XVI ao XIX. Esse modelo tradicional tem a mesma conotação da figura do museu ou do templo religioso, marcado por uma solenidade perturbadora para leitoras(es) do século XXI.

À guisa de exemplo, uma instituição como a *Biblioteca de Alcântara*, situada no antigo Palacete dos Condes de Burnay do século XIX, em Lisboa, ilustra essa postulação conceitual relacionada às polivalências desse espaço cultural (Lusa, 2020). Sendo a 18ª biblioteca a integrar a *Rede de Bibliotecas de Lisboa*, a instituição afirma-se como centro cultural



para a comunidade, onde se desenvolvem valências que vão do cinema ao ar livre, apresentação de grupos teatrais e musicais, galeria de artes plásticas e visuais, espaço família para socialização e encontro entre amigas(os), sala de jogos para o público infanto-juvenil, laboratório de informática com oferta de cursos de qualificação, livraria para venda de livros e outros materiais de interesse para as(os) leitoras(es), parque infantil para bebês etc. Assim, a instituição constitui-se como centro cultural de proximidade e assente no livre acesso à cultura, à informação e ao conhecimento para as comunidades locais.

Uma biblioteca com uma estrutura e equipamentos que atendam à sua razão de ser, isto é, um espaço plurifuncional para todas(os), como nos incita a pensar Brayner (2018), “deve procurar atender às pautas coletivas sem ignorar as nuances dos sujeitos envolvidos. Projeto utópico? Certamente. Mas não confunda utopia com desesperança ou teoria inaplicada. Trata-se, na verdade, de uma estratégia mobilizadora” (Brayner, 2018, p. 246). De posse desse ideal utópico que vemos as bibliotecas como projeto social necessário na luta contra as desigualdades sociais a partir da ênfase nas diferenças que caracterizam as pessoas, marcadas por múltiplas identidades, bem como carentes de assistência aos seus direitos fundamentais de acesso ao saber e ao deleite estético.

### REFERÊNCIAS

- Alves, M. de S. (2020). Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 16, 1–29. <file:///C:/Users/BRUNO/Downloads/1252-4779-3-PB.pdf>
- Antunes, W. de A., & Cavalcante, G. de A. (1989). Manual de Treinamento de Pessoal Responsável por Biblioteca Pública. Instituto Nacional do Livro, CERLALC.
- Badke, T. (1984). Biblioteca popular: uma experiência no bairro das Laranjeiras. *Palavra-Chave*, 4, 18–9.
- Bardier, F. (2018). História das bibliotecas: de Alexandria às Bibliotecas Virtuais (R. S. Campos, Trad.). *Editora da Universidade de São Paulo*.
- Barker, R. E., & Escarpit, R. (1975). A fome de ler. *Editora da Fundação Getúlio Vargas*.
- Brayner, C. (2018). A biblioteca de Foucault: reflexões sobre ética, poder e informação. *É Realizações Editora*.
- Candido, A. (2011). O direito à literatura. In *Vários Escritos* (5.ª ed.). *Ouro sobre Azul*.
- IFLA. (1976). Normas para Bibliotecas Públicas. Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (A. A. B. de Lemos, Trad.). *INL*.
- Jacob, C. (2000). Prefácio. In Baratin, M., & Jacob, C. (Eds.), *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. *EdUFRJ*.
- Lusa. (2020). Biblioteca de Alcântara abre como espaço cultural comunitário em Lisboa. *Público*. <https://www.publico.pt/2020/10/03/culturaipsilon/noticia/biblioteca-alcantara-abre-espaco-cultural-comunitario-lisboa-1933876>
- Machado, E. C. (2008). Bibliotecas Comunitárias como prática social no Brasil (Tese de Pós-Doutorado, Universidade de São Paulo). <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/publico/Tese.pdf>
- Mãe, V. H. (2018). *Contos de cães e maus lobos*. Biblioteca Azul.
- Manguel, A. (1997). *Uma história da leitura* (2.ª ed.). Companhia das Letras.
- Milanesi, L. (1998). *O que é biblioteca* (5.ª ed.). Brasiliense.



Pavis, P. (2015). *O teatro no cruzamento de culturas*. Perspectiva.

Schwarcz, L. M. (2002). *A longa viagem da biblioteca dos reis*. Companhia das letras.

UNESCO. (s.d.). *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas de 1994*. <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>

Valejo, I. (2022). *O infinito em um junco: a invenção dos livros no mundo antigo*. Intrínseca.

#### DECLARAÇÃO ÉTICA

**CONFLITO DE INTERESSE:** Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anónima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.